

Mercado S/A



AMAURI SEGALLA
amaurisegalla@diariosassociados.com.br

Alterar a meta faz a agenda econômica do Brasil perder credibilidade, afasta investimentos e compromete o crescimento econômico

Na Vale, toda a energia elétrica vem de fontes sustentáveis

Fundamentais para a proteção do planeta, as fontes renováveis de energia avançam no Brasil. A Vale informou que, em 2023, toda a energia elétrica utilizada em suas operações no país veio de fontes sustentáveis, como usinas hidrelétricas, eólicas e solar. "Ainda temos o desafio de alcançar 100% de consumo de energia renovável em nossas operações globais até 2030", disse a companhia, em comunicado. O indicador está em 88%, mas tudo indica que o objetivo será alcançado antes da data prevista.

Para banco francês, inflação brasileira não está sob controle

A inflação brasileira está sob controle? Para o banco francês BNP Paribas, a resposta é "em termos." A instituição diz que as chances de uma alta de preços no país superar o número esperado pelo mercado são de 53% em 2024 e de 54%. De todo modo, a situação é melhor do que a observada em outras nações latinas. No Chile, as probabilidades são de 64% e 57%, respectivamente. Na Colômbia, de 53% e 61%. Com a inflação alta, as taxas de juros demoram a cair, o que prejudica o crescimento.

Por que mudar as regras fiscais é um risco para o país

Se não é possível alcançar os seus objetivos, basta alterá-los — mesmo que para pior. Essa é a regra que parece ter inspirado o governo ao enviar para o Congresso o Projeto de Lei de Diretrizes Orçamentárias. Entre outros pontos, o documento mudou a meta fiscal para 2025. Agora, o objetivo é ter déficit zero no ano que vem, ou seja, as despesas públicas deverão ser iguais às receitas. Antes da nova perspectiva, contudo, o governo trabalhava com um superavit (receitas superiores às despesas) de 0,5%, o equivalente a 61 bilhões de reais de saldo positivo nas contas. O que explica o movimento do governo? A intenção é óbvia: já que não é mais preciso perseguir o superavit, haverá liberdade para gastar mais. Como era de se esperar, o mercado financeiro reagiu mal à mudança. Alterar a meta faz a agenda econômica do Brasil perder credibilidade, afasta investimentos e, no aspecto mais amplo, compromete o crescimento econômico.

Alpargatas transforma chinelos em pisos e pneus

A Alpargatas, dona da marca Havaianas e uma das maiores empresas de calçados do Brasil, aposta na chamada economia circular, em que quase tudo de um produto é reaproveitado. Seu projeto, conhecido como Havaianas reCICLO, coletou, nos últimos quatro anos, 230 mil pares de sandálias que foram reciclados para outros fins. Segundo a Alpargatas, os chinelos — que são coletados em 190 pontos espalhados por 80 cidades brasileiras — podem ser transformados em itens como pneus e pisos

Divulgação/Havaianas



O cenário fiscal não está sob controle, e a dívida vai continuar subindo. Ou seja, a Selic não vai conseguir sair muito da casa dos dois dígitos"

Sergio Vale,
economista-chefe da MB Associados

Reprodução/Redes Sociais



24%

foi quanto cresceu a produção brasileira de alumínio em 2023 versus 2022. Segundo a Associação Brasileira do Alumínio (Abal), o Brasil retomou a autossuficiência no setor

RAPIDINHAS

A empresa francesa de energia Voltalia assinou um pré-contrato com o governo do Ceará para investir R\$ 3 bilhões no Estado. A ideia é de que os recursos sejam desembolsados no Complexo Industrial e Portuário do Pecém para a produção de hidrogênio verde no estado. Fundada em 2016, a Voltalia possui operações em 20 países.

Divulgação



As projeções a respeito da produção de soja no Brasil estão mais otimistas. Segundo a consultoria Safras & Mercado, a próxima safra brasileira da oleaginosa será de 151,5 milhões de toneladas, acima das 148,6 milhões de toneladas previstas anteriormente. O ajuste dos cálculos é resultado principalmente do aumento da produtividade das lavouras.

As vendas de carros elétricos não avançaram no ritmo esperado pelos fabricantes. Tanto é assim que a montadora Tesla, do bilionário americano Elon Musk, começou a fazer ajustes em suas operações. A empresa cortará 10% do quadro de funcionários no mundo, o equivalente a cerca de 14 mil pessoas.

O mercado brasileiro de seguros iniciou o ano em ritmo acelerado. Em janeiro, o setor cresceu 12,6% em relação ao mesmo mês do ano passado, segundo a Confederação Nacional das Seguradoras (Cnseg). No período, os produtos de seguro, planos de previdência complementar aberta e títulos de capitalização arrecadaram R\$ 35,1 bilhões.

SERVIÇO PÚBLICO

Professores aderem à greve

Docentes pedem reajuste de 22,71%, em três parcelas de 7,06% até 2026. Outras categorias também ameaçam paralisar

» FERNANDA STRICKLAND

Os professores das universidades federais, institutos federais e centros federais de educação tecnológica iniciaram uma greve nacional ontem. A paralisação, comunicada na semana passada pelo Sindicato Nacional dos Docentes das Instituições de Ensino Superior (Andes), não tem previsão de término e envolve técnicos e professores de todas as instituições de ensino da União — entre escolas, institutos federais e universidades.

A paralisação se soma à greve deflagrada pelo Sindicato Nacional dos Servidores da Educação Básica, Profissional e Tecnológica (Sinasefe), que tem adesão de 360 unidades de ensino das 682 existentes, abrangendo o quadro técnico-administrativo e os docentes da rede federal em pelo menos 23 estados do país.

De acordo com a entidade, a greve deve ganhar mais força até sexta-feira, aumentando, assim, sua adesão. Na semana passada, os trabalhadores rejeitaram a proposta apresentada pelo Ministério da Gestão e da Inovação em Serviços Públicos, na última Mesa Setorial Permanente de Negociação.

A proposta foi rejeitada em reunião com a participação de 34 seções sindicais do setor, que também votaram pelo movimento paretista. Na pauta nacional unificada, os docentes pedem reajuste de 22,71%, em três parcelas de 7,06%, a serem pagas em 2024, 2025 e 2026.

Também estão na pauta a revogação da portaria do Ministério da Educação 983/20, que estabelece aumento da

Antonio Cruz/ Agência Brasil



Professores federais se juntaram aos servidores da educação básica na greve por tempo indeterminado

carga horária mínima de aulas e o controle de frequência por meio do ponto eletrônico para a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. A revogação do Novo Ensino Médio e da Base Nacional Comum para a Formação de Professores (BNC-Formação) também estão em discussão.

Natural

Ontem, o ministro da Fazenda, Fernando Haddad, afirmou que vê com "naturalidade" as

demandas das diferentes categorias do funcionalismo público por reajuste salarial e ponderou que a alçada do governo tem limites. "Vejo com naturalidade as categorias, depois de sete anos sem reajuste salarial, reivindicarem um lugar ao sol. Porque ficaram sete anos sem reajuste", disse em entrevista à GloboNews.

"Agora, nós temos limites. Mas ninguém está se recusando a sentar à mesa e discutir", continuou. Ele ainda deu uma mensagem aos servidores da educação, que têm pressionado com

mais ênfase por reajuste. Na visão de Haddad, que foi ministro da Educação entre os anos de 2005 e 2012, "dificilmente, na história, alguém reestruturou as carreiras da educação como fez os governos Lula 1 e 2".

Outras categorias

O movimento grevista dos professores contaminou os demais servidores, que cobram um posicionamento do governo sobre o reajuste salarial, mesmo com as mesas de negociação



Vejo com naturalidade as categorias, depois de sete anos sem reajuste salarial, reivindicarem um lugar ao sol. Porque ficaram sete anos sem reajuste"

Fernando Haddad,
ministro da Fazenda

As categorias têm até a próxima segunda-feira para responder à proposição do governo.

Segundo o coordenador do Fórum das Entidades Nacionais dos Servidores Públicos Federais (Fonasefe), Sérgio Ronaldo, o governo deu uma virada de chave na proposta que os representantes dos servidores apresentaram na semana passada. "O governo propõe os benefícios só para 2024, mas não atende a nossa proposta que é a questão de equiparação salarial com os judiciários e legislativos. A ideia, é que, nas assembleias de local de trabalho, o governo também sinalize qual vai ser os próximos movimentos para chegar a esse 'play', que é equiparar os benefícios do Executivo com os judiciários legislativos", afirmou o coordenador.

Sérgio ressaltou que, na sexta-feira, haverá uma reunião com o governo para apresentar um extrato do que eles estão propondo. "No decorrer dessa semana, queremos pressionar o governo para ver se conseguimos que a ministra da Gestão e Inovação, Esther Dweck, cumpra o que afirmou em 25 de janeiro, que, dependendo da melhora da economia — o que melhorou, e muito — não estava descartado movimentações na remuneração em 2024", pontuou.

"Sobre a proposta dos benefícios, as entidades ligadas ao Fonasefe estão fazendo assembleias em todo país, até quinta-feira, e na sexta-feira vamos oficializar uma resposta ao governo com relação ao conjunto de propostas, incluindo a questão dos benefícios", disse o coordenador.